

## **Os riscos da automedicação em mulheres jovens no Brasil**

**José Nóia Filho**

Universidade Federal do Maranhão

**Ana Beatriz Martins Rosa**

Universidade Federal do Maranhão

**Debora Criscia da Silva Braga**

Universidade Federal do Maranhão

**João Filipe Lima Rocha**

Universidade Federal do Maranhão

**Leandro Alexandre Rocha Marques**

Universidade Federal do Maranhão

**Marcus Vinicius Sousa Chaves**

Universidade Federal do Maranhão

**Paulo Vitor Bezerra Azevedo**

Universidade Federal do Maranhão

**Washington Luis Carneiro Melo Júnior**

Universidade Federal do Maranhão

**Wilker Frankyli Silva Mendonca**

Universidade Federal do Maranhão

**Bismarck Ascar Sauaia**

Universidade Federal do Maranhão

### **RESUMO**

A automedicação constitui um problema significativo de saúde pública, tanto no Brasil como mundialmente, prevalecendo entre mulheres de 18 a 35 anos com menor nível educacional (Arrais et al., 2016; Bertoldi et al., 2014). É sabido e preocupante a necessidade de implantação de uma política mais centrada no controle da administração do acesso aos medicamentos sob prescrição de um profissional tanto na rede pública, quanto na rede privada. O presente levantamento de dados objetivou discorrer sobre uma população sujeita aos riscos em saúde pública pela automedicação. Na metodologia aplicada na pesquisa, foram utilizadas palavras-chave como "automedicação", "risco à saúde pública", e "mulheres", foram revisadas publicações no repositório Open Access entre 2008 e 2021, donde foram retirados os dados importantes, pautados nos objetivos da pesquisa. Dos 16 artigos selecionados durante a fase de pesquisas foram eliminados 10 artigos que não atendiam aos critérios proposto, a análise baseou-se em 6 publicações que destacavam a maior vulnerabilidade de mulheres jovens e com pouca instrução aos danos causados pela automedicação, incluindo intoxicação medicamentosa, arritmias cardíacas, dependência química, e outras condições graves (Vieira et al., 2011; Galato et al., 2012). A pesquisa confirma a necessidade urgente de políticas públicas que controlem o acesso a medicamentos prescritos, tanto no sistema público quanto privado (Naves et al., 2010). A educação formal e o acesso a informações científicas são cruciais para reduzir a prática de



automedicação e minimizar seus riscos à saúde (Paniz et al., 2008). Dentre os principais agravos associados à automedicação, destacam-se alterações na pressão arterial, doenças renais crônicas, hepato e esplenomegalias, e reações alérgicas. Portanto, os dados sugerem que é imperativo o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas eficientes, bem como o aumento do investimento em educação e informação sobre os riscos associados à automedicação.

**Palavras-chave:** Automedicação, Risco a saúde pública, Mulheres.



## REFERÊNCIAS

- ARRAIS, P. S. D.; et al. Auto-medicação no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 50, n. 2, p. 13, 2016.
- BERTOLDI, A. D.; et al. Epidemiologia da automedicação. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 2, p. 469-478, 2014.
- VIEIRA, F. S.; et al. Uso racional de medicamentos: uma abordagem ao uso de medicamentos pela população brasileira. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 11, p. 4375-4384, 2011.
- GALATO, D.; et al. Automedicação em estudantes universitários: a prevalência e os fatores associados. *Revista de Saúde Pública*, v. 46, n. 6, p. 988-995, 2012.
- NAVES, J. O. S.; et al. Automedicação: um problema de saúde pública? *Revista Brasileira de Farmácia*, v. 91, p. 16-23, 2010.
- PANIZ, V. M. V.; et al. Utilização de medicamentos pela população adulta: um inquérito domiciliar. *Revista de Saúde Pública*, v. 42, n. 5, p. 854-864, 2008.